

e-PING

Padrões de Interoperabilidade de

Governo Eletrônico

Respostas aos questionamentos encaminhados à Consulta Pública 2009

Brasília, 14 de dezembro de 2009

Sumário

Respostas Relativas à Visão Geral da e-PING.....	3
Respostas Relativas ao GT – Interconexão.....	17
Respostas Relativas ao GT – Segurança.....	19
Respostas Relativas ao GT – Meios de Acesso.....	20
Respostas Relativas ao GT – Organização e Intercâmbio de Informações.....	29
Respostas Relativas ao GT – Áreas de Integração para Governo Eletrônico.....	30
Respostas Relativas ao Glossário de Siglas e Termos Técnicos.....	33

1) CONTRIBUIÇÃO:

Na última linha da página 6 a palavra "reúso" está com acento.

Justificativa: Correção de português.

Responsável: Marcos Vinícius Amorim Ferreira Guimarães

Data e Hora: 19/10/2009 09:48

RESPOSTA:

Caro Senhor Marcos,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi recusada. A palavra “reúso” por ser um hiato admite o acento, o que pode ser confirmado no dicionário HOUAISS.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

2) CONTRIBUIÇÃO:

Firmar compromisso de alinhamento do modelo de maturidade da e-PING com modelos internacionais consagrados.

Justificativa: O foco da Referência e-PING é apresentado explicitamente na sub-seção de Escopo do documento, onde fica claro que esse documento tem por objetivo especificar exclusivamente padrões para interoperabilidade, conectividade e intercâmbio de dados e serviços. Esse foco se mostra bem alinhado com a proposição de constituir um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas para viabilizar com eficiência a interoperabilidade nos sistemas de governo eletrônico brasileiros. Naturalmente, como a interoperabilidade é um processo multilateral, também o governo passa a alcançar com esse processo o acesso eficaz a informações provenientes da sociedade brasileira, de outros governos e da sociedade internacional. Esse ponto merece ser enfatizado e considerado na especificação técnica da Arquitetura e-PING, uma vez que ele explicita o interesse em ser tão inclusivo quanto possível na interoperabilidade e intercâmbio de serviços e dados. Esse interesse de inclusão conduz, implicitamente, a maximizar também a capacidade de inclusão de formatos de serviços e dados para interoperabilidade com o Governo com base na Arquitetura e-PING. Nessa seção da Referência e-PING é mencionado, também, que o Governo está desenvolvendo um modelo de maturidade para aferir o uso efetivo dos padrões definidos na Arquitetura e-PING. Essa iniciativa é, sem dúvida, relevante e louvável. Não são apresentados, na

versão analisada da Referência e-PING, detalhes sobre o modelo em desenvolvimento. Consideramos altamente relevante que o modelo desenvolvido e utilizado no Brasil seja alinhado com modelos internacionais desenvolvidos para a mesma finalidade, para que, dessa forma, o Brasil possa se integrar à comunidade internacional dedicada aos estudos e desenvolvimento de práticas e tecnologias para o Governo Eletrônico, contribuindo para o desenvolvimento dessas práticas e tecnologias e se beneficiando dos resultados existentes. Mais explicitamente, recomendamos e esperamos que o governo brasileiro não opte pelo desenvolvimento de práticas, métricas e métodos em seu modelo de maturidade que sejam autóctones e assíncronos com modelos internacionalmente aceitos, como os modelos da Austrália, Noruega, o modelo proposto pela OEA e, mais recentemente, o modelo adotado pelo Uruguai, que serve como referência e contraponto regional.

Responsável: Flávio Soares Corrêa da Silva

Data e Hora: 11/11/2009 00:41

RESPOSTA:

Caro Senhor Flávio,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi aceita.

O Modelo de Maturidade em Interoperabilidade do Governo Eletrônico que está sendo construído, e que ainda não é objeto de consulta, está observando as melhores práticas de mercado, bem como as publicações feitas em ambiente de estudo e pesquisa do meio acadêmico.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

3) CONTRIBUIÇÃO:

Criar canais e chamadas para contribuições formais de pesquisadores acadêmicos no aperfeiçoamento da e-PING.

Justificativa: Consideramos apropriado que especialistas externos e representantes da comunidade acadêmica tenham a oportunidade de se envolver formalmente no desenvolvimento das versões futuras da Referência e-PING.

Responsável: Flávio Soares Corrêa da Silva

Data e Hora: 11/11/2009 00:43

RESPOSTA:

Caro Senhor Flávio,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo à sua sugestão, informamos que a sua contribuição foi parcialmente aceita. A coordenação da e-PING tem o maior interesse em aprofundar as interações com centros de pesquisa, no entanto a criação de canais formais com universidades precisa ser desenhada em articulação com órgãos de fomento à pesquisa. Oportunamente encaminharemos tal desenho.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

4) CONTRIBUIÇÃO:

Para aumentar a transparência do trabalho da equipe da e-Ping, torna-se necessário estabelecer os critérios e formas de participação deste comitê nos organismos de normalização nacionais e internacionais.

Justificativa: Segundo escrito na página 14 desta versão da e-Ping, dentre suas atribuições de caráter administrativo destaca-se o gerenciamento da interação com organismos de especificação. Para que as contribuições da equipe de gestão da e-Ping sejam corretamente caracterizadas, é necessário que se divulgue o mecanismo utilizado nesta interação, quais contribuições estão sendo feitas a esses organismos e como o comitê da e-Ping trabalha para demonstrar a consistência da visão brasileira sobre normalização em Tecnologia de Informação. Esta divulgação deveria ser feita em workshops trimestrais em que todos os setores da sociedade brasileira tenham livre acesso.

Responsável: Fernando Gebara Filho

Data e Hora: 13/11/2009 09:31

RESPOSTA:

Caro Senhor Fernando,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi recusada. De fato, segundo o documento de referência da e-PING, dentre os suas atribuições de caráter administrativo se enquadra: “Gerenciar a interação com organismos de especificação (W3C, IEEE, BSI, OMG, OGC, OASIS, IETF, Institutos Normativos de segmentos específicos, como ABNT, INMETRO, ISO, NIST, etc). Estes organismos serão escolhidos a critério da coordenação da e-PING levando em consideração o seu notório reconhecimento internacional, competência em sua área de atuação e o estabelecimento de padrões abertos.”. No entanto, dada à diversidade e multiplicidade de tais institutos, até o momento consideramos suficiente gerir tais interações através das participações de membros dos grupos de trabalho da e-PING nestes. Se em momento futuro for verificada a necessidade de estruturar tais interações, isto será feito. A título de ilustração, cabe registrar que em

casos específicos a própria coordenação da e-PING interage com organismo de especificação, como ocorre no caso da W3C/Brasil onde a e-PING apoia a definição dos padrões que serão pesquisados no Censo da Web brasileira. Os resultados iniciais foram apresentados no evento “Acesso à Informação, Serviços Eletrônicos e Cidadania”, realizado nos dias 1º e 2 de dezembro em Brasília.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

5) CONTRIBUIÇÃO:

Definir explicitamente quais organismos de normalização nacionais e internacionais são acreditados pelo Comitê Gestor da e-Ping.

Justificativa: Com base nos parâmetros utilizados na definição de padrão aberto, é de suma importância que no documento da e-Ping conste claramente a lista de organismos de normalização nacionais e internacionais acreditados por este comitê.

Responsável: Fernando Gebara Filho

Data e Hora: 13/11/2009 09:33

RESPOSTA:

Caro Senhor Fernando,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi recusada. Já existe no documento da e-PING uma relação de organismos, sendo que esta não é exaustiva. Os critérios de acreditação estão definidos em texto do documento de referência da e-PING, que trata das atribuições de caráter administrativo, conforme transcrito a seguir: “(...) *Estes organismos serão escolhidos a critério da coordenação da e-PING levando em consideração o seu notório reconhecimento internacional, competência em sua área de atuação e o estabelecimento de padrões abertos.*”. Assim, a coordenação da e-PING considera todos os organismos de normatização que se enquadrem nestes critérios e definam especificações relacionadas a componentes da arquitetura de interoperabilidade.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

6) CONTRIBUIÇÃO:

Definir com clareza o significado de padrão aberto.

Justificativa: Há no mercado de Tecnologia de Informação variações significativas na definição de Padrão Aberto. É de fundamental importância que o Comitê Gestor da e-Ping inclua explicitamente no documento qual a definição formal de padrão aberto. Esta definição explícita diminui margens de interpretação sobre qual padrão deve ser adotado pela e-Ping e auxilia na elaboração da lista de organismos de normalização acreditados para a elaboração de normas atuais e futuras.

Responsável: Fernando Gebara Filho

Data e Hora: 13/11/2009 09:33

RESPOSTA:

Caro Senhor Fernando,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi recusada, tendo em vista que definição adotada pela e-PING para o termo “padrão aberto” está descrita no Glossário do documento de referência.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

7) CONTRIBUIÇÃO:

Documentar e divulgar o processo e a lista de instituições aptas para a seleção e a homologação de padrões adotados no e-Ping.

Justificativa: De acordo com o item 5.4.1, a categoria Adotado (A) é atribuída a padrões que passaram por "processo formal de homologação realizado por uma instituição do governo ou por outra instituição com delegação formal para realizar o processo". Não há até o momento nenhuma documentação ou atividade do Comitê Gestor da e-Ping que divulgue à sociedade quais instituições são essas e qual o processo e os parâmetros utilizados para a homologação. Esta documentação poderia ser divulgada como anexo ao documento principal da e-Ping e os resultados das homologações e o status dos trabalhos em andamento deveriam ser divulgados em workshops trimestrais em que todos os setores da sociedade brasileira tenham livre acesso.

Responsável: Fernando Gebara Filho

Data e Hora: 13/11/2009 09:33

RESPOSTA:

Caro Senhor Fernando,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição parcialmente aceita. Atualmente a única organização que participa através de um processo formal da homologação dos padrões da e-PING é a ICP-Brasil através das especificações para *tokens*, cartões inteligentes e cartões em geral. Conforme está escrito no documento de referência da e-PING, também é considerado homologado quando baseado em uma proposição devidamente fundamentada pela coordenação do segmento, publicada no sítio e aprovado pela Coordenação da e-PING”. A partir da próxima versão da e-PING passaremos a publicar os documentos produzidos pela coordenação dos segmentos e as resoluções tomadas a esse respeito pela coordenação.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

8) CONTRIBUIÇÃO:

O conceito de Interoperabilidade.

Justificativa: Na introdução da Referência e-PING são apresentados os conceitos de interoperabilidade que têm sido adotados como base para construir a Arquitetura e-PING. Considero louvável a busca de modelos bem sucedidos para direcionar a iniciativa brasileira. Merece destaque a iniciativa britânica e-GIF ? e-Government Interoperability Framework, que é adotada como modelo em documentos equivalentes de diversos outros países e foi adotada pela equipe técnica brasileira como uma das bases para a formulação da Referência e-PING. A primeira definição de interoperabilidade reproduzida na Referência e-PING é precisamente a adotada na iniciativa britânica e-GIF: ?Intercâmbio coerente de informações e serviços entre sistemas. Deve possibilitar a substituição de qualquer componente ou produto usado nos pontos de interligação por outro de especificação similar, sem comprometimento das funcionalidades do sistema.? Destaco essa definição por considerar que ela expressa o direcionamento da iniciativa e-GIF com muita clareza, e considerar também que esse direcionamento é louvável e deve ser preservado na Referência e-PING. O direcionamento que considero particularmente importante é a busca de tornar tão amplos e inclusivos quanto possível os serviços oferecidos pela plataforma de governo eletrônico, permitindo a substituição de componentes e produtos nos pontos de interligação e acesso a esses serviços. Ou seja, o programa de interoperabilidade do governo eletrônico brasileiro deve ter como meta, ao que me parece, garantir o acesso aos serviços e informações governamentais a uma gama tão ampla e diversificada quanto possível de cidadãos, empresas e instituições, que devem ter garantida sua liberdade para interação com esses serviços e informações. Essa liberdade deve permitir, inclusive, a possibilidade de selecionar distintos componentes de software para essa interação. Para poder atingir essa meta, os órgãos do governo comprometidos com a Referência e-PING devem arquivar e disponibilizar documentos e serviços em formatos e meios de acesso diversificados, e/ou passíveis de conversão a formatos e meios diversificados, para que cidadãos, empresas e instituições interessados em seus serviços possam acessar esses serviços de forma imediata e tão simples quanto possível, prescindindo da necessidade de ajustes organizacionais ou da adoção de sistemas de software e/ou práticas organizacionais externas para acesso a esses serviços.

Responsável: Marines de Assis Gomes

RESPOSTA:

Cara Senhora Marines,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi recusada. A arquitetura e-PING não possui preferência por produtos ou marcas, mas sim por padrões. Dessa forma adotamos padrões que estão de acordo com as premissas, políticas gerais e políticas técnicas. O atendimento a estes padrões podem obviamente se dar através de variados produtos de software. Por outro lado, as especificações que não se enquadram nas premissas e políticas da e-PING são classificadas como “transitórias”, sendo eliminadas do documento nas versões futuras. Não há sentido em adotar mais de um padrão para a mesma especificação técnica, pois assim a arquitetura estaria criando entraves para a interoperabilidade. Assim, não vetamos a multiplicidade de softwares, desde que as especificações sejam atendidas.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

9) CONTRIBUIÇÃO:

Sobre Políticas Gerais.

Justificativa: As políticas gerais apresentadas na Referência e-PING consideram explicitamente aspectos técnicos, semânticos e organizacionais, o que nos parece um indicador de qualidade do trabalho desenvolvido para construir esse documento de referência. Alguns aspectos específicos, entretanto, merecem consideração. Cada um desses aspectos é discutido a seguir: Adoção preferencial de padrões abertos: a adoção preferencial de padrões abertos para subsidiar as especificações propostas na Referência e-PING nos parece uma iniciativa bastante sensata, uma vez que tais padrões, pelo fato de terem suas especificações disponíveis para consulta e utilização, devem facilitar a interoperabilidade. É relevante esclarecer na Referência e-PING, entretanto, o significado pretendido para o termo “padrões abertos”: um padrão aberto é caracterizado por ter o acesso a suas especificações permitido. Tal acesso, entretanto, não estipula regras quanto à propriedade de um padrão, nem quanto à gratuidade para o acesso às suas especificações. Parece-nos perfeitamente plausível que um padrão aberto seja adotado, o qual, entretanto, seja de propriedade de uma organização ou empresa específica, que pode inclusive vender o acesso às suas especificações como um produto comercial. Parece-nos essencial, evidentemente, que essas especificações sejam mantidas por organizações confiáveis, seguindo normas e determinações bem caracterizadas. O conceito que caracteriza um padrão aberto, apesar da coincidência terminológica, é, portanto, bastante distinto do conceito que caracteriza um produto de software com código aberto. Consideramos plausível que o governo brasileiro adote políticas e práticas comerciais que conduzam à adoção de padrões que possam reduzir seus custos operacionais. Tais políticas e

práticas, entretanto, nos parecem fora do escopo de um documento de especificações técnicas como a Referência e-PING. Software público e/ou software livre: a determinação de mecanismos de produção e colocação mercadológica de software nos parece fora de contexto em um documento de especificação de padrões para interoperabilidade, que trata, conforme declarado no próprio documento, somente de ?especificações relevantes para garantir a interconectividade de sistemas, integração de dados, acesso a serviços de governo eletrônico e gerenciamento de conteúdos?. Consideramos adequado que essa observação seja eliminada da Referência e-PING. Suporte de mercado: a Referência e-PING se propõe a contemplar soluções apoiadas pelo mercado. Consideramos importante que os mecanismos para aferição do apoio do mercado à Referência e-PING sejam definidos e especificados detalhadamente, dessa forma evitando questionamentos quanto à transparência dos processos que determinam e identificam quais soluções consideradas têm suporte de mercado.

Responsável: Marines de Assis Gomes

Data e Hora: 13/11/2009 11:05

RESPOSTA:

Cara Senhora Marines,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi parcialmente aceita. O conceito que a e-PING considera para o termo padrão aberto está disponível no Glossário do documento de referência. Quanto à referência à utilização preferencial de software público e/ou software livre, esta decorre das diretrizes do governo federal formalizadas no Planejamento Estratégico produzido pelo Comitê Executivo de Governo Eletrônico – CEGE (ver em <http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/principios>, itens 5 e 3 respectivamente). Dessa forma, não consideramos válida a proposição de retirar essa política geral da e-PING. Quanto à proposição relativa à aferição de mecanismos de suporte de mercado, esta será estudada, sendo necessário no entanto já deixar registrado que o fato de um software ser livre ou público em geral aumenta as chances do atendimento a esta política geral.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

10) CONTRIBUIÇÃO:

Na Parte I ? VISÃO GERAL DA E-PING, no item 2. Escopo está: ?A arquitetura e-PING cobre o intercâmbio de informações entre os sistemas do governo federal ? Poder Executivo e as interações com: Cidadãos; Outros níveis de governo (estadual e municipal); Outros Poderes (Legislativo, Judiciário) e Ministério Público Federal; Organismos Internacionais; Governo de outros países; Empresas (no Brasil e no mundo); Terceiro setor.? Houve um esquecimento capital, pois não estão ?reconhecidas? as interações com: Trabalhadores/ Profissionais técnicos da TI e das TICs?. Para a perspectiva da e-PING as interações são ?internas? com os Trabalhadores que são servidores,

empregados e contratados nos entes governamentais quando essas interações ocorrem ?dentro? de um mesmo sistema, e são ?externas? com esses mesmos Trabalhadores quando abarcam mais de um sistema. Também são interações ?externas? aquelas com Trabalhadores que objetivam o seu respectivo ingresso ou contratação pelos entes governamentais, com Trabalhadores sem vínculo com a APF que participam de processos das interfaces e das extensões dos sistemas governamentais e com os Trabalhadores integrados nas cadeias dos ?ecossistemas? do Software Livre e do Software Público. Em razão do reconhecimento das interações com Trabalhadores/ Profissionais técnicos da TI e das TICs deve ser realizada uma revisão extensiva da versão para, onde couber, proceder as atualizações necessárias para que essas interações sejam adequadamente valorizadas. Essas atualizações devem atender ao que constou na proposição a seguir, já apresentada, em novembro de 2008, para versão anterior da e-PING. ?Considerando que os recursos humanos são um recurso estratégico a ser devidamente valorizado e conservado e, portanto, que todo o investimento realizado para seu desenvolvimento, também, deve ser conservado, as decisões de adoção de padrões devem considerar esse aspecto como máxima prioridade. Para tanto propõe: Avaliar o nível de maturidade das soluções considerando o desenvolvimento dos recursos humanos, refletido como potencial a ser utilizado ou como carência a ser superada, tomando o inventário e a projeção dos recursos humanos que serão utilizados e/ ou deslocados como elementos do modelo essenciais para instruir e adequar as respectivas escolhas e tempos da implementação; Apresentar devidamente documentadas, para cada implementação, essas informações atualizadas com sua respectiva valoração na análise que sustenta a decisão.?

Justificativa: Constata-se, que a exemplo de outras ações das políticas públicas e consentâneo com os conceitos sobre tecnologia incorporados na cultura dominante, não existe uma atenção e, obviamente, inexistem processos para adequar a evolução das soluções tecnológicas projetadas à realidade e ao potencial dos recursos humanos existentes no país. A idéia largamente dominante é de que os recursos humanos devem ser ?adequados? compulsoriamente às necessidades das escolhas tecnológicas; escolhas essas pautadas exclusivamente pelos critérios de excelência definidos pelos ?padrões? e ?boas práticas? adotados pelos seus proponentes originais, quase sempre, também, respectivos proprietários dos direitos intelectuais e das patentes relativas ou associadas às mesmas. A FENADADOS considera estratégico para o desenvolvimento conservar e expandir o investimento realizado nos recursos humanos, subordinando as escolhas tecnológicas a essa prioridade.

Responsável: Carlos Alberto Jacques de Castro
Data e Hora: 13/11/2009 17:21

RESPOSTA:

Caro Senhor Carlos,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi recusada. De início, cabe registrar nosso entendimento de que é improcedente sua consideração quanto a ter havido esquecimento do relacionamento com trabalhadores de TIC, no contexto do item escopo, constante da parte I do documento. Tal compreensão fundamenta-se no fato de que o escopo da e-PING

refere-se aos diferentes contextos de intercâmbio de dados realizados por sistemas de governo. Neste sentido, as trocas de dados com trabalhadores de TIC são subconjuntos de cada um dos cenários de intercâmbio de informações com cidadãos, outros níveis de governo, terceiro setor, etc. E nesse sentido não guardam nenhum especificidade.

Entendemos que sua defesa refere-se à inclusão de mais uma política geral para a e-PING, na qual o critério de decisão quanto a determinada especificação esteja condicionado ao grau de conhecimento sobre a mesma existente entre trabalhadores de TIC.

Se este é o teor da sugestão, se faz necessário reiterar que para alcançar interoperabilidade é preciso avançar na adoção de padrões abertos, sem isto, não há como alcançar o objetivo fundamental da arquitetura: melhoria do fluxo de dados entre governo e sociedade, sem causar dependência tecnológica ou risco à continuidade de prestação de serviços públicos.

Note-se que o conhecimento sobre cada especificação constante da arquitetura por parte de trabalhadores de TIC já é considerado em nossas análises, tendo em vista que - mesmo quando atendidas a todas as políticas gerais da e-PING, somente se altera a situação de dado componente de “recomendado” para “adotado” quando as condições de uso do mesmo estão respaldadas interna e externamente à administração. Por outro lado, referências a formatos fechados que representem vasta predominância de conhecimento, são mantidas, ainda que na condição de “transitórias”, posto que não atendem à política geral de padrões abertos.

Desta forma, entendemos que a melhor contribuição que as instâncias representativas de trabalhadores de TIC poderiam dar ao processo seria apoiar iniciativas de requalificação profissional, alinhadas ao uso gradual de padrões abertos.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

11) CONTRIBUIÇÃO:

Na Parte I ? VISÃO GERAL DA E-PING, no item 3. Políticas Gerais está: ?Relacionam-se a seguir as políticas gerais utilizadas na construção da e-PING e que fundamentam as políticas e especificações técnicas de cada segmento: Adoção Preferencial de Padrões Abertos: a e-PING define que, sempre que possível, serão adotados padrões abertos nas especificações técnicas. Padrões proprietários são aceitos, de forma transitória, mantendo-se as perspectivas de substituição assim que houver condições de migração. Sem prejuízo dessas metas, serão respeitadas as situações em que haja necessidade de consideração de requisitos de segurança e de integridade de informações. Software Público e/ou Software Livre: a implementação dos padrões de interoperabilidade deve priorizar o uso de software público e/ou software livre, em conformidade com diretrizes do Comitê Executivo do Governo Eletrônico e normas definidas no âmbito do SISP. Transparência: os documentos da e-PING estarão à disposição da sociedade, via Internet, sendo previstos mecanismos de divulgação, recebimento e avaliação de sugestões. Nesse sentido, serão definidos ? e divulgados para amplo conhecimento ? prazos e compromissos para implantação e gestão de sítio dedicado na Internet (<http://www.eping.e.gov.br>). Segurança: a interoperabilidade na prestação dos serviços do governo eletrônico deve considerar o nível de segurança requerido pelo

serviço, com a máxima transparência. Suporte de mercado: Todas as especificações contidas na e-PING contemplam soluções amplamente apoiadas pelo mercado. O objetivo a ser alcançado é a redução dos custos e dos riscos na concepção e produção de serviços nos sistemas de informações governamentais. Há um esquecimento capital, pois não há proteção efetiva do legado, isto é, do ativo real de sistemas, estruturas e recursos da TI e das TICs, no qual se objetiva implementar o atributo da INTEROPERABILIDADE, e nem uma política específica para o desenvolvimento adequado desse legado, fazendo com que a adoção da e-PING se constitua num fator de risco importante para todo o conjunto dos sistemas governamentais brasileiros, pois sua adoção não está restrita ao Governo Federal. Há portanto que incluir a política de Proteção e Desenvolvimento do Legado, como a de maior importância, além de proceder modificações e complementações nas políticas já enunciadas. Em relação a essas políticas há que explicitar, também, a hierarquia de diretrizes e objetivos das mesmas. A hierarquia das políticas tem no seu nível maior a de Proteção e Desenvolvimento do Legado seguida pela que prioriza o Software Público e o Software Livre nesta ordem, e depois pela de Adoção dos Padrões Abertos. Na sequência a Segurança deve garantir fortemente os direitos dos cidadãos sem ser instrumentalizada para o descumprimento do dever estatal de informar e prestar contas publicamente. A Transparência e o Suporte de mercado, que até, agora, foram tratadas como políticas separadas devem ser elementos da política de Implementação e Desenvolvimento da e-PING que será constituída ainda pelos elementos Governo da e-PING e Planejamento e Projeto da e-PING. Esses dois elementos até essa versão são tratados de forma dispersa e não sistemática no termo de referência, e não foram mencionados nessa descrição das políticas gerais. Estamos propondo a seguinte redação para as descrições no item 3. Políticas Gerais na Parte I ? VISÃO GERAL DA E-PING. ?Relacionam-se a seguir as políticas gerais utilizadas na construção da e-PING e que fundamentam as políticas e especificações técnicas de cada segmento: Proteção e Desenvolvimento do Legado: o acervo de sistemas e recursos, com destaque para os Trabalhadores/ profissionais da TI e das TICs dedicados à sustentação dos mesmos, definido com o escopo do SISP deve estar inventariado, e seus itens catalogados devem ser protegidos contra usos indevidos e expropriação e tornados disponíveis em repositórios acessíveis para o conjunto de órgãos APF. Esse acervo deve ser atualizado e desenvolvido para atender de forma integrada, compartilhada e cooperada à APF com o conceito de Software Público. Software Público e/ou Software Livre: a implementação dos padrões de interoperabilidade deve priorizar o desenvolvimento do software público e o uso do software livre, em conformidade com diretrizes do Comitê Executivo do Governo Eletrônico e normas definidas no âmbito do SISP. Adoção Preferencial de Padrões Abertos: a e-PING define que, sempre que possível, serão adotados padrões abertos nas especificações técnicas. Padrões proprietários são aceitos, mas sua aceitação pode ser revista a qualquer tempo sempre que houver alternativas de substituição. A adoção de padrões abertos estará vinculada à evolução positiva do controle técnico e à economicidade dos ambientes e plataformas. A adoção de determinado padrão aberto deve considerar a existência de recursos humanos com esse conhecimento específico, a participação desses recursos humanos nas comunidades e órgãos que desenvolvem o respectivo padrão, assim como prever o planejamento adequado das ações necessárias para efetivar o domínio técnico e a participação na evolução desses padrões. Segurança: a interoperabilidade na prestação dos serviços do governo eletrônico deve considerar o nível de segurança requerido pelo serviço e a máxima transparência, isto é, visibilidade, rastreabilidade e capacidade da validação dos processos e dos resultados. A Segurança deve garantir fortemente os direitos dos cidadãos sem ser instrumentalizada para o descumprimento do dever estatal de informar e prestar contas publicamente. Inobstantes as demais políticas, serão respeitadas as situações particulares em que haja necessidade de consideração de requisitos especiais de segurança e de integridade de informações. Implementação e Desenvolvimento da e-

PING: a construção da e-PING, a sua adoção na APF e a sua adoção pela totalidade do setor estatal em todos os poderes e nos três níveis de governo, ainda que tenha grande sinergia para as funções estatais e governamentais realiza ainda parcialmente o objetivo do Governo Eletrônico de dotar o Estado Brasileiro da plataforma integrada, compartilhada e cooperada de sistemas governamentais, portanto os processos de Implementação e Desenvolvimento da e-PING devem manter forte aderência a esse objetivo, sendo obrigatório que a política de Implementação e Desenvolvimento da e-PING esteja perfeitamente integrada nas Políticas Gerais do Governo Eletrônico. Seguem os quatro elementos constitutivos dessa política: Elemento Governo: A e-PING por sua especialização técnica será conduzida pelos técnicos dos diferentes órgãos da APF sob a coordenação da SLTI, sendo possível a participação nas suas instâncias de decisão dos técnicos de entes fora da APF e mesmo fora do setor público, que, também, adotam a e-PING. As instâncias de decisão técnica são, sempre que possível, aquelas com escopo mais amplo do Governo Eletrônico e os núcleos técnicos consultivos da e-PING são os núcleos técnicos e fóruns com a especialização requerida já existentes nos entes e no conjunto da APF. Sempre que o Governo da e-PING exigir a criação de instâncias e núcleos técnicos, essas criações devem observar a mesma diretriz, buscando a ampliação do escopo e a localização e a alocação de recursos onde possam gerar sinergia com a integração, o compartilhamento e a colaboração entre os entes governamentais. Elemento Planejamento e Projeto: A e-PING é uma etapa do desenvolvimento do Governo Eletrônico e, portanto, o planejamento das respectivas ações e o respectivo projeto, isto é, o desenho de requisitos e funcionalidades tem seu tempo, que é imediatamente enquanto a integração dos sistemas não pode ser efetivada, e a função estruturante da interoperabilidade, possibilitando o compartilhamento e a colaboração. A adoção da e-PING não se dá exclusivamente com a atualização técnica dos sistemas, que depende de recursos muitas vezes inexistentes, mas, imediatamente, efetiva-se com a incorporação de todos os entes da APF nas instâncias, núcleos e fóruns do Governo da e-PING e com a obrigatoriedade desses entes justificarem em cada situação particular dos processos da TI e das TIC a eventual não observância da e-PING. Elemento Transparência: os documentos da e-PING estarão à disposição da sociedade, via Internet, sendo previstos mecanismos de divulgação, recebimento e avaliação de sugestões. Nesse sentido, serão definidos ? e divulgados para amplo conhecimento ? prazos e compromissos para implantação e gestão de sítio dedicado na Internet (<http://www.eping.e.gov.br>). Elemento Suporte de mercado: As especificações contidas na e-PING devem prioritariamente ser as implementadas nas soluções amplamente apoiadas pelo mercado. O objetivo de redução dos custos e dos riscos na concepção e produção de serviços nos sistemas de informações governamentais será complementado com o apoio comercial a essas soluções supostamente importantes para a sustentação de sistemas de informação das empresas, constituindo-se numa política de incentivo ao desenvolvimento do setor da TI e das TICs.? Essa redefinição das Políticas Gerais implica em modificações fundamentais no escopo do Padrão para transformar a e-PING num instrumento efetivo de proteção e desenvolvimento do legado, sendo esse desenvolvimento harmônico e integrado na construção do Governo Eletrônico com Software Público. As modificações são extensas e profundas e não cabe tratá-las, agora, pois dependem da aceitação da proposta sobre as Políticas Gerais que apresentamos. No entanto, porque são consistentes com a proposta, estamos repetindo duas propostas tópicas já apresentadas, em novembro de 2008, para versão anterior da e-PING: 1. Ainda relativamente à prioridade para valorização dos recursos humanos e conservação dos investimentos realizados para seu desenvolvimento é fundamental relativizar a conformidade com padrões abertos. Se não há recursos humanos com conhecimento do padrão específico, se não há participação institucional nas comunidades e órgãos que desenvolvem o respectivo padrão e se a adoção do respectivo padrão não resulta em evolução positiva do controle técnico dos ambientes e plataformas, não teremos efetivamente padrão aberto, porque para nós ele continuará, no todo ou

em parte, uma "caixa-preta", com as mesmas ineficiências que a adoção do padrão aberto deve eliminar. Assim a adoção de padrões abertos não poderá estar desvinculada de análises aprofundadas desses aspectos, qualificando e mensurando os benefícios e os custos, e de planejamento adequado das ações necessárias para efetivar o domínio técnico desses padrões que é a condição suficiente e necessária para que possam ser e manter-se como abertos. 2.Implementação da e-PING A SLTI pode criar uma normativa, tornando obrigatório que nas NT para aquisição, contratação ou desenvolvimento de soluções de TI conste seção específica descrevendo a aderência a e-PING, ou justificando o porquê da não observância dessa norma. A normativa pode, também, tornar obrigatória uma outra seção específica descrevendo a aderência ao Guia Livre (migração para SL) e mais seções específicas para disposições do Governo Eletrônico gerais das políticas de TI.

Justificativa: Constata-se, que a e-PING não considera o impacto da "revelação" sobre a falta e/ou a dificuldade da interoperabilidade dos sistemas governamentais. Com o viés atual que exige a "atualização técnica do setor estatal a qualquer preço" essa "revelação" potencializa as ações existentes e multiplica novas ações para desvalorizar, desqualificar e substituir o **IMPORTANTE E VALIOSO LEGADO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO** que são um acervo técnico inestimável e a história e a memória da atividade estatal brasileira. Essa "revelação" que é inerente do processo de implantação do Padrão e-PING é necessária para o processo de evolução do Estado, mas precisa ser bem realizada para não repetir outras iniciativas de modernização e reforma do Estado que se constituíram em "cavalos de Tróia" para a dilapidação e enfraquecimento estatal e prejuízo social. A FENADADOS considera estratégicos a proteção e o desenvolvimento do legado dos sistemas de informação do governo para a construção do Governo Eletrônico com Software Público e defende a ampliação do escopo do Padrão e-PING para alcançar esse objetivo.

Responsável: Carlos Alberto Jacques de Castro

Data e Hora: 13/11/2009 17:27

RESPOSTA:

Caro Senhor Carlos,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi recusada. De início deve-se registrar que a defesa do legado não aparece como política geral da e-PING, pois parte-se de uma compreensão que mudanças em softwares utilizados pela Administração Pública são uma realidade inexorável. O ritmo de substituição está associado a um conjunto de fatores dentre os quais destacam-se mudanças de processos de trabalho/legislação e características inerentes aos softwares utilizados. Ou seja, não se coloca como política de interoperabilidade a defesa da manutenção do legado *per si*, ou sua substituição "sem critérios". O que defende-se é a gestão do conhecimento associado ao uso de TI por órgãos públicos, de forma a reduzir a dependência de fornecedores exclusivos. Em nenhum momento aponta-se para substituição apressada do código, causando custos desnecessários às instituições. Segundo o documento de referência da e-PING:

"No âmbito das entidades supramencionadas, são obrigatórias as especificações contidas na e-PING para:

- *todos os novos sistemas de informação que vierem a ser desenvolvidos e implantados no governo federal e que se enquadram no escopo de interação, dentro do governo federal e com a sociedade em geral;*
- *sistemas de informação legados que sejam objeto de implementações que envolvam provimento de serviços de governo eletrônico ou interação entre sistemas;*
- *outros sistemas que façam parte dos objetivos de disponibilizar os serviços de governo eletrônico.*

A adesão ocorrerá de maneira gradativa, de acordo com plano de implementação elaborado pelo próprio órgão, que considerará a situação da instituição em relação às condições para se adequar às especificações e recomendações da e-PING.”

Quanto a questão dos padrões abertos e do software livre, lembramos que a essência da e-PING está pautada no uso de padrões abertos desde a sua versão inicial. O objetivo principal dessa política é evitar que os órgãos se tornem dependentes de algum fabricante por utilizar um padrão proprietário ou exclusivo. Desta forma, exigindo padrões abertos em suas licitações, haverá um aumento da concorrência no certame, redução de preços e, conseqüentemente, uma maior economia para toda a Administração Pública Federal. Já a referência à utilização preferencial de software livre decorre das diretrizes do governo federal registradas no Planejamento Estratégico produzido pelo Comitê Executivo de Governo Eletrônico – CEGE (ver em <http://www.governoeletronico.gov.br/ogov.br/principios>).

Com relação à criação de um ato normativo para tornar obrigatória a e-PING nas aquisições dos órgãos, informamos que tal ato já foi publicado. Além da Portaria Normativa nº 5, de 14 de julho de 2005, que tornou obrigatória a utilização da arquitetura e-PING por todos os órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP), com a publicação da Instrução Normativa nº 4, de 19 de maio de 2008, que dispõe sobre o processo de contratação de serviços de TI, todos os órgãos do Sistema terão que observar as políticas, premissas e especificações técnicas definidas pela e-PING durante o seu processo de planejamento das contratações.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

12) CONTRIBUIÇÃO:

Eliminar classificações não explicitamente justificadas de padrões como Em Transição.

Justificativa: Em versões anteriores da Referência e-PING, todos os padrões nas tabelas 1 e 2 estavam classificados na categoria Recomendado. Não havia, portanto, padrões classificados nas categorias Em Estudo ou Estudo Futuro. Posteriormente, foram incluídos padrões na categoria Em Estudo. A interconexão de dados e serviços evolui rapidamente, e a inclusão de padrões na categoria Em Estudo é um ajuste muito adequado na Referência e-PING. Na versão atual da Referência e-PING observamos que alguns padrões para gerenciamento de redes de computadores, acesso a caixas postais de correio eletrônico e trocas de mensagens em tempo real foram classificadas na categoria Em Transição. Consideramos questionável se tais classificações deveriam ser mantidas, especialmente considerando que não foram apresentadas justificativas para elas.

Responsável: Flávio Soares Corrêa da Silva

Data e Hora: 11/11/2009 00:46

RESPOSTA:

Caro Senhor Flávio,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do Documento de Referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, esclarecemos que os componentes “Acesso à caixa postal” e “Mensageria em tempo real” já se encontravam classificados como “transitório” na versão anterior do documento de referência, pois não atendiam a um ou mais requisitos estabelecidos nas políticas gerais ou técnicas da arquitetura. Com relação ao componente “Protocolo de gerenciamento de rede”, este estava classificado como “estudo futuro” na versão anterior, passando para a classificação recomendado na versão 2010 (SNMP versão 3). O que está classificado como “transitório” é o SNMP versão 2, uma vez que se trata de padrão ainda encontrado no mercado, mas que tende a ser descontinuado a médio prazo.

Diante disso, informamos que a sua contribuição foi recusada

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

13) CONTRIBUIÇÃO:

Na seção 6.1.7, onde temos: ?Alternativamente, para serviços web de pequeno porte, considera-se possível a utilização do RESTful, que utiliza o protocolo HTTP.? Recomendo adequar para: ?

Alternativamente, para serviços web de pequeno porte, considera-se possível o desenvolvimento de projetos baseados em REST, que utiliza o protocolo HTTP.?

Justificativa: REST é uma estilo arquitetural, e RESTful o adjetivo usado para projetos orientados a esse estilo. (Tarcísio Quirino Falcão, ATI-PE)

Responsável: Tarcísio Quirino Falcão

Data e Hora: 13/11/2009 10:16

RESPOSTA:

Caro Senhor Tarcísio,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi aceita.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

14) CONTRIBUIÇÃO:

Padrões e mecanismos de Segurança.

Justificativa: Os padrões referentes a especificações para segurança de sistemas computacionais estão classificados nas categorias Recomendado, em Estudo ou Estudo Futuro. Essa caracterização dos padrões apresentados na Referência e-PING é bastante apropriada, considerando que os padrões e mecanismos para segurança e integridade de sistemas evoluem rapidamente e que, portanto, novos padrões devem ser constantemente avaliados.

Responsável: Marines de Assis Gomes

Data e Hora: 12/11/2009 11:58

RESPOSTA:

Cara Senhora Marines,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu comentário, informamos que este reflete exatamente a intenção do texto da e-PING.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

15) CONTRIBUIÇÃO:

Revisar e detalhar classificações de padrões para Meios de Acesso.

Justificativa: Os padrões classificados e apresentados na tabela 11 merecem uma revisão cuidadosa, para se tornarem compatíveis com a qualidade das especificações apresentadas nas demais tabelas. Aparentemente, essa tabela foi construída tomando como base a tabela 6 do documento Technical Standards Catalogue, Versão 6.2, que faz parte da documentação do e-GIF britânico. Há diferenças significativas, entretanto, entre essas duas tabelas. A tabela 6 do Technical Standards Catalogue é bastante concisa, genérica e tem caráter claramente inclusivo ? ao final das listas de formatos adotados é incluída uma cláusula que acrescenta dentre os padrões e formatos adotados ? quaisquer outros padrões possam ser utilizados além dos considerados explicitamente nesse documento, desde que eles atendam às políticas técnicas propostas pela e-GIF?; a tabela 11 da Referência e-PING não só não inclui cláusulas semelhantes a essa, mas ainda discrimina certos formatos e padrões classificando-os como Em Transição, sem explicação de qual política técnica não estaria sendo atendida. Alguns padrões e formatos altamente difundidos não constam da tabela 11. Certos padrões e formatos na categoria Recomendado, por outro lado, são pouco utilizados. Independentemente dos méritos técnicos dos diferentes formatos e padrões, consideramos que o princípio de minimizar as exigências de padronização para ampliar o alcance da interoperabilidade ? que é afinal o objetivo desse projeto ? deve conduzir a que se evite privilegiar alguns formatos e padrões em detrimento de outros. Considerando o interesse multilateral de acesso a dados e serviços ? ou seja, considerando que o projeto do Governo Eletrônico deve criar canais eficazes para o diálogo entre o governo federal e os cidadãos, empresas e instituições, em que informações e serviços importantes serão oferecidos para a população e as empresas e também pela população e as empresas para o governo ? a atitude inclusiva aplicada aos formatos e padrões de dados e serviços merece ainda mais ênfase. Além do formato básico de transmissão de informações fundamentado em XML, são propostos esquemas de codificação de informações desenvolvidos especificamente para a codificação de documentos de texto, planilhas, arquivos de apresentação, tabelas de dados e arquivos multimídia. A inclusão de alguns esquemas específicos e a não inclusão de outros ? de qualidade reconhecidamente equivalente aos incluídos e credenciados por organismos de especificação também internacionalmente reconhecidos ? pode produzir efeitos de indução que favoreçam certas comunidades de desenvolvimento de sistemas ? e conseqüentemente certas empresas e grupos de usuários ? em detrimento de outras, novamente contrariando o princípio básico dessa iniciativa, que é o de ampliar o alcance da interoperabilidade. Há duas possibilidades para sanar essas deficiências observadas na Referência e-PING conforme se apresenta nesse momento: (1) Evitar a referência a esquemas específicos na Referência e-PING, dessa forma assumindo uma posição de neutralidade e se aproximando do ideal de minimização das exigências de padronização, e enfatizar que os formatos e padrões citados nas tabelas de especificação devem ser complementados por ? parafraseando a e-GIF britânica ? ? quaisquer outros padrões, desde que atendam às políticas técnicas propostas pela Referência e-PING?; ou (2) Efetuar uma consulta ampla aos produtores de sistemas de informação, usuários e provedores de informações, para que, ao colocar em operação a Arquitetura e-PING, suas tabelas de padrões e formatos explicitamente indicados sejam as mais representativas dos interesses desses três grupos. Nesse caso, também se deve explicitar que as tabelas devem ser complementadas por ? quaisquer outros padrões, desde que atendam às políticas

técnicas propostas pela Referência e-PING?. Em qualquer das possibilidades adotadas, devem ser adotados princípios comuns às metodologias de desenvolvimento de sistemas para interoperabilidade, que incluem a minimização da intrusão nos procedimentos pré-existentes de processamento de informação. Dessa forma, padrões e formatos amplamente utilizados devem ter seu suporte garantido. Seguindo o modelo da documentação da e-GIF britânica, a utilização da categoria T ? Em Transição, poderia ser suprimida. Concretamente, a Referência e-PING deve passar ao largo da polêmica formada devido à contraposição de dois padrões existentes para a codificação de documentos de texto, planilhas, arquivos de apresentação, tabelas de dados e arquivos multimídia: (1) O OpenDocument Format ? ODF ? originário da OASIS (Organization for the Advancement of Structured Information Standards), que é um consórcio internacional sem fins lucrativos que conta com aproximadamente seiscentas organizações associadas, dentre elas a IBM e a Sun Microsystems Inc. O OpenDocument Format é baseado em formatos de dados desenvolvidos para a OpenOffice Office Suite, que é um pacote de software de código aberto que por sua vez se baseia no produto denominado StarOffice, atualmente de propriedade da Sun Microsystems Inc. O OpenDocument Format é reconhecido pela ISO (International Organization for Standardization). (2) O Office Open XML ? OOXML ? inicialmente proposto pela Microsoft Corporation, e adotado por aquela empresa em sua última versão do produto Microsoft Office. O padrão Office Open XML também é reconhecido pela ISO. É cabível observar ser essencialmente inevitável que, padronizações à parte, diferentes grupos de usuários continuem a usar diferentes produtos para manipulação de documentos. Como consequência, as organizações interessadas em maximizar a acessibilidade e utilidade de seus dados ? dentre as quais deve constar a iniciativa do Governo Eletrônico ? devem adotar e procurar conciliar os dois padrões. A proposta de usuários e fornecedores de informações precisarem optar por um padrão de formatação de documentos em detrimento de outros não parece ser a melhor alternativa para os próprios usuários e fornecedores de informações. Ela certamente atende interesses de produtores e fornecedores de software para produção e utilização de documentos, e parece natural que os produtores e vendedores ou distribuidores/disseminadores de um software específico enalteçam as qualidades de seu produto e do padrão de formatação de dados que o acompanha, ignorando seus pontos fracos. Esse comportamento, embora natural, não se mostra completamente adequado para esclarecer os usuários e fornecedores de informações, para que eles possam fundamentar suas decisões da maneira mais adequada. No caso específico de padrões para codificação de documentos, a alternativa mais vantajosa para os produtores e consumidores desses documentos é incentivar a coexistência de uma pluralidade controlada de padrões, acompanhada do desenvolvimento de ferramentas apropriadas para a migração irrestrita entre padrões, maximizando dessa forma a interoperabilidade entre sistemas e fontes de informação. Uma eventual contraposição dos dois padrões não deve levar seus proponentes a construir mecanismos que constituam barreiras à sua evolução de formatos de codificação. Concretamente no que diz respeito à Arquitetura e-PING, que existe para garantir e promover a interoperabilidade com e dentro do Governo Eletrônico, a amplitude de consideração de padrões é uma qualidade a ser buscada permanentemente. Não existe fundamentação técnica que justifique a exclusão de qualquer um desses dois padrões como Recomendado na Referência e-PING. A polêmica que tem construído artificialmente uma condição de enfrentamento entre esses padrões não deveria influenciar a Referência e-PING, e a isenção do corpo técnico responsável por esse documento se comprovaria por uma consideração homogênea dos dois padrões na documentação da Arquitetura e-PING.

Responsável: Flávio Soares Corrêa da Silva

Data e Hora: 11/11/2009 00:54

RESPOSTA:

Caro Senhor Flávio,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi recusada por ser muito abrangente e não ter um apontamento específico que nos permita avaliar pontualmente e responder adequadamente. No entanto, esclarecemos que as recomendações explícitas na e-PING visam facilitar as relações entre governo, cidadãos, empresas públicas e privadas. Estas devem ser implementadas seguindo as políticas gerais, onde a adoção preferencial de padrões abertos deve ser observada. Por padrões abertos, adotamos o seguinte conceito:

I – padrões que possibilitam a interoperabilidade entre diversos aplicativos e plataformas, internas e externas;

II – padrões que permitem aplicação sem quaisquer restrições ou pagamento de *royalties*;

III – padrões que podem ser implementados plena e independentemente por múltiplos fornecedores de programas de computador, em múltiplas plataformas, sem quaisquer ônus relativos à propriedade intelectual para a necessária tecnologia;

Além disto as especificações devem contemplar o uso de diferentes soluções com amplo suporte de mercado.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

16) CONTRIBUIÇÃO:

Retorno dos padrões Em Transição (T) para arquivos tipo planilha à versão atual da e-Ping.

Justificativa: A adoção de um único padrão para os elementos de suites de escritório ainda é prematura no que concerne os formatos de arquivos de tipo planilha. A versão adotada pela e-Ping (ABNT NBR ISO/IEC 26300) não especifica sintaxe e semântica para as fórmulas constantes neste tipo de documento. É notório o esforço na geração destas especificações oriundas do grupo de trabalho da especificação Open Formula que constará da versão 1.2 do ODF como definido pela OASIS. No entanto, neste momento, a ausência desta especificação clara na versão atualmente considerada como Adotada (A) pela e-Ping traz prejuízos à interoperabilidade almejada por este Comitê. Recomenda-se o retorno de padrões previamente classificados como Em Transição (T) até que a especificação Open Formula seja aprovada e adotada como Norma Brasileira.

Responsável: Fernando Gebara Filho

Data e Hora: 13/11/2009 09:34

RESPOSTA:

Caro Senhor Fernando,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi recusada tendo em vista a suíte de escritório que adota o padrão .XLS também não apresentar as especificações de fórmulas e nem previsão de torná-las públicas. A interoperabilidade já existe entre as diversas soluções que adotam ODF disponíveis no mercado.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

17) CONTRIBUIÇÃO:

Inclusão do padrão ISO 32000 na categoria Em Estudo (E).

Justificativa: O padrão PDF teve atualização recente em sua especificação e foi aprovado pela ISO em 2008 (veja <http://www.iso.org/iso/pressrelease.htm?refid=Ref1141>). Recomenda-se incluir esta nova especificação dentro da categoria Em Estudo (E).

Responsável: Fernando Gebara Filho

Data e Hora: 13/11/2009 09:34

RESPOSTA:

Caro Senhor Fernando,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi parcialmente aceita. Tendo em vista a necessidade de ampliar os estudos sobre a atualização das especificações de documentos em PDF, vamos retirar a referência de versão da recomendação, mantendo a situação em transição e maior detalhamento será colocado na próxima versão da e-PING.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

18) CONTRIBUIÇÃO:

Inclusão do padrão ISO/IEC 29500 na categoria Em Estudo (E).

Justificativa: Recomenda-se a inclusão do padrão internacional ISO/IEC 29500 cuja especificação é livremente obtida no site <http://standards.iso.org/ittf/PubliclyAvailableStandards/index.html> na

categoria Em Estudo (E) para que se possa avaliar a ampliação dos mecanismos de interação da sociedade em geral.

Responsável: Fernando Gebara Filho

Data e Hora: 13/11/2009 09:35

RESPOSTA:

Caro Senhor Fernando,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi recusada.

Esclarecemos que as recomendações explícitas na e-PING, devem ser implementadas seguindo as políticas gerais, onde a adoção preferencial de padrões abertos deve ser observada, e que por padrões abertos, adotamos o seguinte conceito:

I – padrões que possibilitam a interoperabilidade entre diversos aplicativos e plataformas, internas e externas;

II – padrões que permitem aplicação sem quaisquer restrições ou pagamento de *royalties*;

III – padrões que podem ser implementados plena e independentemente por múltiplos fornecedores de programas de computador, em múltiplas plataformas, sem quaisquer ônus relativos à propriedade intelectual para a necessária tecnologia;

Além disto as especificações devem contemplar o uso de diferentes soluções com amplo suporte de mercado.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

19) CONTRIBUIÇÃO:

Gostaria de fazer um elogio em nome do Comitê de Implementação do Software Livre do Governo Federal pela retirada dos formatos binários (.doc, .ppt e .xls) do e-ping.

Justificativa: A adoção do ODF como padrão de documentos de escritório garante a interoperabilidade entre os órgãos de Governo e entre o Governo e a sociedade.

Responsável: Paulo Fernando Pastore

Data e Hora: 13/11/2009 16:30

RESPOSTA:

Caro Senhor Paulo,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência

da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi aceita.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

20) CONTRIBUIÇÃO:

Em nome do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) faço um elogio a retirada dos formatos binários (.doc, .xls, .ppt) do e-Ping.

Justificativa: Com a adoção do padrão ODF (NBR ISO/IEC 26300) é garantida a interoperabilidade e a independência tecnológica do Governo, bem como a maior transparência na relação com os cidadãos.

Responsável: Ezyo Lamarca da Silva

Data e Hora: 13/11/2009 16:54

RESPOSTA:

Caro Senhor Ezyo,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi aceita.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

21) CONTRIBUIÇÃO:

Gostaria de parabenizar a equipe responsável pelos Meios de Acesso da e-ping pela remoção dos formatos binários e proprietários para documentos de escritório (.xls, .ppt e .doc).

Justificativa: A remoção dos formatos proprietários e a manutenção do padrão ODF como Adotado reflete a opção brasileira e internacional de utilização de Padrões Abertos, respeitando a liberdade de escolha verdadeira de todos os usuários envolvidos.

Responsável: Jomar dos Santos Silva

Data e Hora: 13/11/2009 16:56

RESPOSTA:

Caro Senhor Jomar,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi aceita.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

22) CONTRIBUIÇÃO:

Discordo das sugestões apresentadas nos comentários anteriores, sobre a re-inclusão dos formatos binários (.XLS) e sobre a inclusão do OpenXML (IS 29.500).

Justificativa: Quanto aos formatos binários para planilhas, gostaria de esclarecer que a especificação de fórmulas dos mesmos não estão disponíveis publicamente e tampouco são padrões abertos. A interoperabilidade neste caso depende única e exclusivamente das aplicações. Apesar do ODF (NBR ISO/IEC 26.300) não possuir uma especificação de fórmulas para planilhas, existem diversos testes de interoperabilidade publicados na Internet que mostram que existe de fato interoperabilidade entre aplicações que rodam em diferentes sistemas operacionais e que não compartilham uma mesma base de código (como o OpenOffice, KOffice e Google Docs). A única aplicação que não interopera com as demais é o Microsoft Office, quando utiliza o suporte a ODF desenvolvido pela própria empresa. Se esta ferramenta utilizar o suporte ODF desenvolvido pela Sun Microsystems (Sun ODF plugin para o Microsoft Office), ela passa a interoperação sem problema algum com as aplicações existentes. Ressalto que a decisão de não interoperação com as aplicações já existentes no mercado com suporte a ODF foi tomada e documentada pela Microsoft antes de lançar seu suporte ao padrão. Como membro do OASIS ODF TC, e co-autor da nova versão do ODF (ODF 1.2), destaco ainda que a Parte 2 da nova versão da especificação vai especificar todas as fórmulas de planilhas, e que esta especificação foi desenvolvida e será publicada como Padrão Aberto, seguindo todas as diretrizes apontadas pela e-ping na definição de padrões abertos. Esta parte da especificação é chamada de OpenFormula e terá o início da sua consulta pública no comitê OASIS ODF TC aberta nos próximos meses. Destaco ainda que a Microsoft é, há meses, membro do OASIS ODF TC. Sobre a proposta de inclusão do OpenXML na especificação, gostaria de ressaltar que o Brasil votou contra sua aprovação como norma internacional, com base nos graves defeitos técnicos existentes. Após a sua aprovação pela ISO, o Brasil apresentou ainda um apelo ao Board da entidade solicitando a ANULAÇÃO do processo de aprovação, dado o número de irregularidades que foram cometidas. Estamos neste momento na ABNT avaliando emendas e correções a norma IS 29.500 e dos 6 documentos apresentados 4 já foram rejeitados pelo Brasil. Os outros 2 ainda estão em análise e eles são a comprovação de que a norma aprovada não possui a qualidade técnica esperada de uma norma ISO, confirmando o posicionamento brasileiro durante todo o processo.

Responsável: Jomar dos Santos Silva

Data e Hora: 13/11/2009 17:12

RESPOSTA:

Caro Senhor Jomar,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi aceita.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

23) CONTRIBUIÇÃO ENCAMINHADA VIA E-MAIL:

Olhar a contribuição encaminhada pela Associação Brasileira das Empresas de Software via e-mail em 13-11-2009 17:42:48

RESPOSTA:

Caro Senhores,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi parcialmente aceita.

Estamos retirando os apontamentos que referenciam aplicativos e soluções proprietárias, e nos concentrando em normas e padrões de referências que podem ser implementadas por mais de uma solução de TI, suportadas pelo mercado.

Quanto à norma ISO/IEC 29500, esclarecemos que não é amplamente suportada por soluções de mercado.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

24) CONTRIBUIÇÃO:

Mudança de "XHTML versões 1.0 ou 1.1 (.xhtml), gerado conforme especificações do W3C" de ADOTADO para RECOMENDADO.

Justificativa: Na tabela 11 do item 8.2, o e-PING 2010 classifica "XHTML versões 1.0 ou 1.1 (.xhtml), gerado conforme especificações do W3C", como uma especificação ADOTADA, para formato intercâmbio de hipertexto. No entanto o Mozilla não recomenda o uso de XHTML:

https://developer.mozilla.org/en/Using_Web_Standards_in_your_Web_Pages/Making_your_page_using_web_standards_-_how_to XHTML apresenta problemas de MIME type em decorrência do Internet Explorer (versão 7 e inferiores) além disso em casos de erro de sintaxe o XHTML pode impedir a visualização completa da página.

Responsável: Fernando Fagundes

Data e Hora: 18/11/2009 10:43

RESPOSTA:

Caro Senhor Fernando,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi aceita.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

25) CONTRIBUIÇÃO:

Na seção 9.3, onde temos: ?É importante salientar que o XML é adotado na e-PING como uma linguagem para intercâmbio de dados. Como solução de interoperabilidade (interconexão) observar os itens 6.1.7 e 10.1.12 sobre Web Services e SOAP.? Faz-se necessário corrigir para: ?É importante salientar que o XML é adotado na e-PING como uma linguagem para intercâmbio de dados. Como solução de interoperabilidade (interconexão) observar os itens 6.1.7 e 10.1.4 sobre Web Services e SOAP.?

Justificativa: Não existe item: 10.1.12 (Tarcísio Quirino Falcão, ATI-PE)

Responsável: Tarcísio Quirino Falcão

Data e Hora: 13/11/2009 10:54

RESPOSTA:

Caro Senhor Tarcísio,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi aceita e já providenciamos a correção no documento de referência.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

26) CONTRIBUIÇÃO:

Na seção 10, apenas como melhoria, recomendo retirar o item 10.1.1 ?10.1.1. Neste segmento, são tratados componentes relacionados a temas transversais às Áreas de Atuação de Governo, cuja padronização seja relevante para a interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, tais como Processos e Informações Geográficas.? das Políticas Técnicas e incluí-lo como uma introdução entre o item 10 e o 10.1: 10. Áreas de Integração para Governo Eletrônico Neste segmento, são tratados componentes relacionados a temas transversais às Áreas de Atuação de Governo, cuja padronização seja relevante para a interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, tais como Processos e Informações Geográficas. 10.1. Áreas de Integração para Governo Eletrônico: Políticas Técnicas 10.1.1. Como diretriz técnica para integração de sistemas de informação recomenda-se a gradual ... Após esse ajuste, seria necessário ajustar os índices dos itens e as referencias a eles ? como a referência na seção 9.3 que ao invés de 10.1.12 passaria depois desse ajuste para 10.1.3.

Justificativa: O item: 10.1.1 não é uma política técnica, mas apenas uma introdução ao propósito do segmento em questão. (Tarcísio Quirino Falcão, ATI-PE).

Responsável: Tarcísio Quirino Falcão

Data e Hora: 13/11/2009 11:41

RESPOSTA:

Caro Senhor Tarcísio,

Obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi recusada.

Foi necessário manter o item 10.1.1 que trata do escopo do segmento inserido nas políticas técnicas para preservar a uniformidade na forma de apresentação, já que para todos os segmentos não há parágrafo introdutório. Além disso, a delimitação da área de atuação no contexto das políticas técnicas foi uma necessidade específica deste segmento.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

27) CONTRIBUIÇÃO:

Sobre a seção: ?10.3.1. Como forma de documentar os serviços interoperáveis, é recomendado o uso, em cada caso, do modelo de documentação para Web Services e do modelo de documentação para serviços de modo geral (não Web Services), como troca de arquivos, FTP, etc. Esses modelos

estão disponíveis no sítio da e-PING.? Os referidos modelos ainda não se encontram na página da e-PING. Em particular, sobre o modelo de documentação para Web Services, creio se tratar do artefato: ?Modelo de documentação de Web Services - versão 1.5? publicado por por Yuri Fontes de Oliveira ? com última modificação em 01/10/2009. Este artefato contudo encontra-se apenas no portal do governo: https://www.portalgoverno.gov.br/login_form Grupos de Trabalho ? Grupo de trabalho e-PING - GT5 Areas de Integracao para Governo Eletronico ? Documentos ? Material Produzido ? Modelo de documentação de Web Services - versão 1.5.

Justificativa: Os artefatos mencionados na seção 10.3.1 ainda não se encontram na página da e-PING. (Tarcísio Quirino Falcão, ATI-PE).

Responsável: Tarcísio Quirino Falcão

Data e Hora: 13/11/2009 13:14

RESPOSTA:

Caro Senhor Tarcísio,

obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi aceita.

Estamos trabalhando para disponibilizar provisoriamente esses modelos. Mas a solução definitiva virá com o novo site do catálogo de serviços interoperáveis. Espera-se que o site seja lançado no primeiro trimestre de 2010.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

28) CONTRIBUIÇÃO:

Sobre os itens: "10.4.1. Considerações Iniciais Os Catálogos Padrão de Dados e XML Schemas estão disponíveis no portal do Governo Eletrônico no sítio <http://www.governoeletronico.gov.br/>." e "10.4.2. Propriedade e Responsabilidade Neste sentido, recomenda-se que o desenvolvimento ou manutenção de sistemas ... considerem os XML Schemas publicados." Notar que encontram-se quebradas as URLs dos SCHEMAS*: CONSULTA PROCESSOS SDE CLASSIFICACAO FILMES Nota Fiscal Eletrônica CACIC Serviços de Cartórios Extrajudiciais CONSULTA CARTORIO ESTATÍSTICA PROCON CONSULTA RECALL (*) vide: http://i3gov.softwarepublico.gov.br/i3gov/adesao/consultaxmlschemas_eping.htm.

Justificativa: Algumas URLs para SCHEMAS indiretamente referenciados nas seções 10.4.1 e 10.4.2 encontram-se quebradas. (Tarcísio Quirino Falcão, ATI-PE).

Responsável: Tarcísio Quirino Falcão

Data e Hora: 13/11/2009 14:35

RESPOSTA:

Caro Senhor Tarcísio,

Obrigado por contribuir no processo de aperfeiçoamento da versão 2010 do documento de referência da e-PING.

Relativo ao seu questionamento, informamos que a sua contribuição foi aceita.

É verdade que temos problemas de links quebrados com o atual catálogo de XML Schemas. Contudo, esse catálogo está descontinuado e será substituído em breve por uma nova versão já em desenvolvimento.

Atenciosamente,

Coordenação da e-PING

